

Gravidez na adolescência e pânico moral*

Por Maria Luiza Heilborn

Existe um consenso no Brasil entre profissionais de diversas formações – médicos, psicólogos, jornalistas, líderes religiosos e políticos – de que a gravidez na adolescência é um mal de grandes proporções. Segundo esse pensamento, seria irresponsabilidade “permitir” que adolescentes se envolvam com a maternidade tão cedo. No entanto, ao contrário do que prega a opinião pública, nem há um quadro de caos e desordem nem tão pouco a gravidez na adolescência é uma grande tragédia nacional. A pesquisa *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil (Gravad)*, realizada pelas universidades do Estado do Rio de Janeiro, Federal do Rio Grande do Sul e Federal da Bahia entrevistou 4,634 jovens de ambos os sexos, entre 18 e 24 anos, numa pesquisa domiciliar realizada nas três capitais. Do conjunto de 2,435 mulheres, as proporções das que estiveram grávidas uma vez antes dos 20 anos era de 29,5%. Na maioria das vezes a jovem que engravida já saiu da escola e fica grávida do seu primeiro parceiro, que tem cerca de cinco anos a mais do que ela - uma característica das uniões no país. O futuro bebê é muito bem recebido pelas famílias, e o casal tende a se manter junto, ainda que não necessariamente por muito tempo, mas nada que seja muito diferente do padrão geral da população no país, onde de cada três casamentos um termina em divórcio.

Ao mesmo tempo em que a gravidez na adolescência é considerada indesejada, indicador de pobreza e “subdesenvolvimento” são fechadas as portas de acesso a métodos contraceptivos. A distribuição da pílula do dia seguinte –proibida no Rio de Janeiro, por exemplo, apesar de autorizada pelo governo federal- e a criminalização do aborto são sinais de que, embora haja na opinião pública ampla censura contra a gravidez na adolescência, não há o mesmo consenso em permitir o uso do método que serve para quando a mulher imagina estar correndo o risco de engravidar por uma relação sexual desprotegida. Num país em que o aborto é permitido em duas circunstâncias- estupro e risco de vida para a gestante-, a gravidez quando ocorre só pode dar lugar a duas saídas: recorrer a interrupção clandestina ou encarar o nascimento de uma criança. Cabe ainda lembrar um fenômeno invisível no debate sobre a gravidez na adolescência: o número não-declarado de abortos. A proporção encontrada foi de 24,9% entre as jovens.

Na defesa do acesso da população adolescente e juvenil a métodos contraceptivos, é relevante considerar a *Pesquisa Gravad* também registrou que não há necessariamente desconhecimento sobre as formas de proteção diante do sexo. Há uso de preservativos em 70% dos casos na primeira relação sexual. O ideal seria haver uma taxa maior já nessa primeira ocasião. Contudo, quando o relacionamento entre jovens se estabiliza ocorre o abandono da contracepção, o que certamente conduz à gravidez porque a camisinha não é necessariamente substituída por outro método. Esse

Proyecto Sexualidades, Salud y Derechos Humanos en América Latina

Boletín 13

“abandono” é indicativo de “confiança” entre parceiros diante do HIV/Aids, mas demonstra principalmente que faltam campanhas sistemáticas de esclarecimento sobre contracepção a ponto de possibilitar que jovens adquiram um conhecimento consistente e sólido o suficiente para ser posto em prática em todas as relações sexuais.

Os costumes sexuais se modificaram no Brasil nos últimos 40 anos, e hoje a virgindade de uma mulher já não é mais um valor central. No entanto, o cenário é paradoxal: o clima de interdição nas conversas sobre sexualidade dentro da família é praticamente o mesmo. Há pouco debate aberto e promovedor de reflexão sobre a sexualidade. O ambiente social de discussão também não se modificou: faltam diálogos sem hipocrisia e sem as tentativas de intromissão das igrejas sobre o seu conteúdo. A necessidade de uma reflexão coletiva sobre as razões do fenômeno que gera a gravidez na adolescência deve se pautar por argumentos de caráter objetivo e que não adotem moralidades particulares, mais sim universais. Por exemplo, os discursos religiosos sempre pregam a abstinência sexual antes do matrimônio. Contudo, vale lembrar que no Brasil aumenta entre os jovens o número dos que se declaram sem religião (Censo, 2001). Nesse sentido, uma perspectiva religiosa sobre o início da vida sexual com parceiro terá efeito pouco expressivo entre os jovens.

Nas escolas, não se trata abertamente o tema de contracepção e a educação sexual ainda não é prioridade, e esse seria um importante meio de prevenir a gravidez na adolescência. A educação sexual deve possuir um conteúdo que vá além da descrição do funcionamento do aparelho reprodutivo; precisa conter uma reflexão sobre o contexto de desenvolvimento das relações amorosas e sexuais que são tão importantes nessa etapa da vida; necessita de uma abordagem social que ajude aos adolescentes refletirem sobre as relações de gênero que orientam a entrada na vida sexual com parceiro e a tomar contato sobre a assimetria de gênero entre rapazes e moças que muitas vezes impede a negociação da proteção nas atividades sexuais. Não discutir contracepção é permanecer cego diante do fato de que as relações sexuais de jovens e adolescentes são legítimas e constituem um direito. Reconhecer que o exercício da sexualidade constitui um direito não significa dizer que as decorrências desse possível exercício (para quem quer fazê-lo) não devem ser aventadas e discutidas. Aceitar a idéia dos direitos sexuais juvenis não representa defesa da “promiscuidade” e de uma erotização precoce. A adolescência é um período da vida em que colegas e pares passam a ganhar mais importância, e isso faz parte do processo de construção da autonomia dos jovens diante da família, na busca de suas singularidades.

Pesquisas sobre comportamento sexual no Brasil assinalam uma maior aproximação do calendário de iniciação sexual entre os sexos, o que é um bom indicador da mudança de mentalidade acima retratada. A iniciação sexual passou a se dar entre namorados, e só uma pequena minoria de rapazes tem suas primeiras relações com profissionais do sexo. São transformações importantes que dizem respeito aos costumes sexuais. O exercício da sexualidade fora dos limites de uma união tornou-se amplamente aceitável, em que pese a insistência das doutrinas religiosas em pregar a abstinência antes

Projecto Sexualidades, Salud y Derechos Humanos en América Latina Boletín 13

do matrimônio. Pelo menos nos grandes centros urbanos, uma moça não é mais estigmatizada por não ser mais virgem como algum tempo atrás. Vale lembrar que o clima de reprovação social ignora mudanças no entendimento social sobre a juventude. Há uma expectativa de prolongamento do tempo de estudo, do retardamento do início da vida reprodutiva e uma aceitação do exercício da sexualidade na adolescência.

O que parece quase natural para famílias de menor poder aquisitivo, é estranho para classe média e alta - entre as primeiras a reprodução é muito bem recebida, já que existe uma grande valorização da família na sociedade brasileira, sobretudo em grupos populares. Mesmo não prevista, a gravidez dá lugar a uma conversa entre os parceiros e não necessariamente os rapazes fogem à responsabilidade. Nas camadas populares, é motivo para união e conta com o apoio das famílias. O quadro, portanto, não de anomia. Nem os números são assim tão assustadores: a *Pesquisa Gravada* identificou que, entre as jovens de 18 a 24 anos, 29,5% tiveram filhos antes dos 20 anos e 16,6% antes dos 18 anos. O percentual das que tiveram filhos antes dos 15 anos é de apenas 1,6%. Quando se trata de homens, os percentuais caem para 21,4% antes dos 20 anos, 8,9% antes dos 18 anos e insignificante 0,6% antes dos 15 anos. A citação desses números torna-se importante em razão da disseminação de um discurso neo-malthusiano no Brasil que atribui à maternidade adolescente a condição de uma “epidemia” (sic) Mais ainda, constrói-se um raciocínio, sobretudo nos meios de comunicação, que essas jovens são as responsáveis pela proliferação de mais indivíduos “carentes”; eufemismo corrente no Brasil para tratar de possíveis delinquentes futuros. Arma-se uma argumentação em que a pobreza no país, fruto de uma distribuição de renda extremamente desigual, é resultado do crescimento demográfico dos pobres.

Em um país que enfrenta problemas significativos de aumento de violência urbana, certamente também relacionada à pobreza, as adolescentes-mães passaram a ser alvo de intensa recriminação social. Esse quadro revela o que a sociologia tem chamado de pânico moral. Quando as condições de vida em uma sociedade são consideradas não satisfatórias surge um clima social que relaciona tal situação à dissolução moral, à falta de autoridade na família, à redefinição de papéis de gênero e ao exercício da sexualidade em novos termos. Dentro dessa lógica (de pânico moral) se as formas tradicionais de regulação da sexualidade fossem restabelecidas, o mundo voltaria a encontrar a “ordem”. Pânico moral é a mais visível demonstração da onda conservadora e retrógrada da recente contemporaneidade.

Nota:

Accesar a www.clam.org.br para maiores informações a pesquisa Gravada mencionada no texto.

Sobre la autora

Maria Luiza Heilborn. Antropóloga, Coordenadora do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam /IMS/UERJ)

**Este artigo foi publicado em versão reduzida no Jornal o Estado de São Paulo em 15/02/05*

Proyecto Sexualidades, Salud y Derechos Humanos en América Latina
Boletín 13